

Balço Patrimonial		Capital Social		Reservas		Resultados	
2023	2022	2023	2022	Legal	Lucro realizar	Acumulado	Total
Ativo Circulante		Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.312.960,00	197.328,90	57.658,24	627.062,93	7.195.010,07
Caixas	2.624,34	Reserva Legal		145.067,46		(145.067,46)	-
Bancos	292.045,48	Ajuste de Exercícios Anteriores				(4.502,80)	(4.502,80)
Aplicações Financeiras	8.961.326,46	Resultado do Exercício				2.901.349,27	2.901.349,27
Duplicatas A Receber	4.734.586,69	Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.312.960,00	342.396,36	57.658,24	3.378.841,94	10.091.856,54
Adiantamentos	12.888,26						
Tributos A Recuperar / Compensar	4.555.054,03						
Outros Créditos	104.930,45						
Total do Ativo Circulante	18.663.455,71						
Ativo Não Circulante							
Títulos De Valores Mobiliários	5.023.260,00						
Aplicações Financeiras	3.779.479,01						
Outros Créditos	910.000,00						
Investimentos	0,00						
Imobilizado	1.968.889,70						
Total do Ativo Não Circulante	11.681.627,71						
Total do Ativo	30.345.083,42						
Passivo Circulante							
Empréstimos Bancários Curto Prazo	14.966.613,08						
(-) Juros A Apropriar	(4.144.317,18)						
Fornecedores	100.662,69						
Obrigações Tributárias	351.351,35						
Obrigações Trabalhistas e Previdenciária	724.925,61						
Adiantamentos De Clientes	3.332,84						
Contas A Pagar	0,00						
Outras Obrigações Com Terceiros	349.505,70						
Total do Passivo Circulante	12.352.074,09						
Passivo Não Circulante							
Empréstimos Bancários Longo Prazo	9.325.735,42						
(-) Juros A Apropriar	(2.317.530,05)						
Impostos E Obrigações Parcelado Lp	892.947,42						
Total do Passivo Não Circulante	7.901.152,79						
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	30.345.083,42						

Notas Explicativas

Nota 01 – contexto Operacional - A empresa Ecco Software S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, e tem como principais operações atuar em desenvolvimento e licenciamento de programas de computador.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis - a) **Aprovação das demonstrações Contábeis** As demonstrações Contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão sendo apresentadas em reais (R\$). **Declaração de Conformidade** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Demonstrações Contábeis, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Lei nº 11.638/07 promulgada em 28/12/2007 foi posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 449 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), notadamente em relação do capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que iniciou em 01/01/2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a Lei Societária Brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas consorciadas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos Contábeis - CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. **Estimativas contábeis.** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas. **Nota 03 – Sumário das Principais Práticas Contábeis** - (a) **Conversão de operações em Moeda Estrangeira e Moeda Funcional** - Os direitos e obrigações monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos às taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. As receitas de vendas, custo e despesas denominadas em moedas estrangeiras são convertidas pela taxa média de câmbio do mês de suas ocorrências. A moeda funcional da empresa é o Real (R\$). (b) **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores há 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo. (c) **Contas a Receber** - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. (d) **Estoques** - Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação. (e) **Não Circulante** - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes. (f) **Imobilizado** - O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, forma ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperáveis acumuladas quando aplicável. Os ganhos e as perdas em alienação são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. (g) **Arrendamento Mercantil** - Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os encargos dos arrendamentos são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. (h) **Benefícios a Empregados** - Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. (i) **Receitas e Despesas** - A Empresa Ecco Software S.A. tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

Nota 04 – Caixa e Equivalência de Caixa.

2023	2022
Caixa	2.624,34
Banco conta movimento	292.045,48
Aplicações Financeiras de Liquidez imediata	8.961.326,46
Total de Caixa e Equivalência de Caixa	9.255.995,28

Nota 05 – Contas a Receber de Clientes

2023	2022
Duplicatas a Receber	4.734.586,69
Contas a Receber	104.930,45
Despesa Antecipada	-
Total	4.839.517,14

Passivo Circulante

2023	2022
Adiantamento de Clientes	3.332,84
Total	3.332,84

Total a Receber **4.836.184,30** **1.999.176,96**

Os valores a receber são registrados pelos valores faturados provenientes de vendas de produtos, mercadorias e serviços e estão registrados no Ativo Circulante.

Nota 06 – Tributos a Recuperar e a Recolher.

2023	2022
IRRF s/ Aplicação Financeira	45.648,28
IRRF s/ Serv. Prestados a Compensar	834.765,10
IR de Aluguel a Restituir	2.155,64
CSLL Retido a Compensar Lei 10.833	292.471,71
PIS Retido a Compensar Lei 10.833	330.900,62
COFINS Retido a Compensar Lei 10.833	1.510.558,06
PERT-CRÉDITO	32.367,20
IRPJ Saldo Negativo 2020	0,00
CSLL Saldo Negativo 2020	0,00
IRPJ Saldo Negativo 2021	1.447.147,20
CSLL Saldo Negativo 2021	59.040,22
Total	4.555.054,03

Passivo Circulante

2023	2022
ISS a Recolher S/ Faturamento	36.448,57
IRRF S/ Folha Pagto. a Recolher	79.026,47
IRRF S/ Terceiros a Recolher	2.711,30
PIS-PASEP a Recolher S/ Faturamento	39.034,58
COFINS a Recolher S/ Faturamento	38.260,41
PIS Cofins CSLL Fonte Recolher (4,65%)	5.894,84
IR Sobre JCP	34.703,12
Parcelamentos/Refis	115.272,06
Total	351.351,35

Nota 07 – Imobilizados. Valor contábil do Imobilizado

2023	2022
Móveis e Utensílios	110.619,39
Equip. Tecnologia e Informática	568.289,95
Veículos	40.568,20
Máquinas e Equipamentos	100.457,07
Instalações	76.968,40
Ferramentas	89.418,23
Máquinas, e Equip. Tecnol. (Insumo)	13.826,28
Software	12.514,28
Adiantamento para Consórcio	128.658,21
Total	1.128.805,73

Depreciações

2023	2022
(-) Depreciações	(742.555,69)
Total Imobilizado	386.250,04

Marcas, Direitos e Patentes

2023	2022
IT-Governance, Automation Parallel Testing, Data Setup, Data Generation and Quality Control Software	1.264.566,03
Total	1.264.566,03

Amortizações

2023	2022
(-) Amortizações	(324.702,38)
Total	1.582.638,66

Fluxos de caixa das atividades operacionais

2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	2.901.349,27
Ajustes: Depreciação e amortização	34.926,95
Baixa de Imobilizado	-
Ajustes de exercícios anteriores	(4.502,80)
Resultado Líquido Ajustado	2.931.773,42

Variáveis nos ativos e passivos

2023	2022
Redução / Aumento em contas a receber	(2.837.007,34)
Redução / Aumento em adiantamentos	47.165,39
Redução / Aumento tributos a recuperar	1.005.284,91
Redução / Aumento Estoque	-
Redução / Aumento com outros créditos	(3.779.479,01)
Redução / Aumento/Diminuição de Direito a Receber Partes Relacionadas	-
Redução / Aumento de empréstimos - Passivo Circulante e Não Circulante	(2.170.306,94)
Redução / Aumento de fornecedores	(347.485,91)
Redução / Aumento em obrigações sociais/ trabalhistas	195.952,49
Redução/Aumento/Redução em obrigações fiscais	(821.431,73)
Redução / Aumento em outras contas a pagar	(32.862,14)
Redução/Aumento de Despesas Antecipadas	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(5.808.396,86)

Caixa líquido usado nas atividades de investimento (259.647,97) (168.499,16)

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

2023	2022
Integralização de Capital	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-
Ações em Tesouraria	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	-

Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa

2023	2022
No início do exercício	15.324.041,11
No fim do exercício	9.255.995,28
	(6.068.044,83)

(b) Depreciação dos ativos imobilizados leva em consideração a estimativa de vida útil dos bens e direitos.

Nota 08 – Fornecedores - Passivo Circulante

2023	2022
Fornecedores Nacionais	100.662,69
Total	100.662,69

Ativo Circulante

2023	2022
Adiantamento a Fornecedores	1.070,21
Total	1.070,21

Total a Receber **99.592,48** **396.594,95**

Nota 09 – Outros Ativos - Ativo Circulante - Outros Créditos

2023	2022
Adiantamentos	11.818,05
Total	11.818,05

Ativo não circulante

2023	2022
Debêntures	5.023.260,00
Outros créditos	910.000,00
Aplicação Financeira Longo Prazo	3.779.479,01
Total	9.712.739,01

Nota 10 – Obrigações Trabalhistas - Obrigações Pessoal

2023	2022
Salários a Pagar	168.045,33
Pró-labore a Pagar	18.782,18
Total	186.827,51

Obrigações Trabalhistas

2023	2022
Contribuição Sindical a Recolher	1.087,07
Contrib. Assistencial Recolher	418,12
INSS a recolher	37.596,18
FGTS a recolher	28.764,85
Total	67.866,22

Provisões de Férias e Encargos

2023	2022
Férias	350.135,51
INSS s/Férias	92.085,47
FGTS s/Férias	28.010,90
Total	470.231,88

Nota 11 – Outros Passivos. Outros Passivos

2023	2022
Empréstimos e Financiamentos	10.822.295,90
Contas a Pagar	352.838,54
Total	11.175.134,44

Passivo não circulante

2023	2022
Financiamentos	7.008.205,37
Refis Lei 12.996/Parcelamentos	892.947,42
Total	7.901.152,79

Nota 12 – Capital Social - Patrimônio Líquido

2023	2022
Capital	6.312.960,00
Reserva Legal	342.396,36
Reserva de lucro a destinar	57.658,24
Lucro/ Prejuízo acumulado	3.378.841,94
Total	10.091.856,54

Maurício da Costa e Silva – Administrador
José Ronaldo Martins – Sócio
Sidney Pires de Oliveira – Contador CRC 1SP 108.883/O-0

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Rosset Artes Graficas e Editora S.A.					
CNPJ: 57.593.832/0001-86					
Demonstrações dos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021					
Balanco Patrimonial - Consolidado			Demonstrações do Resultado do Exercício		
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativo			Receitas		
Ativo Circulante			Receita Operacional Bruta		
Bens Numerários	33.787,55 D	4.715,66 D	Receita Bruta		
Bancos C/ Movimento	151.527,96 D	1.823.010,00 D	Venda De Produtos	30.551.560,44 C	30.537.312,68 C
Aplicações Financeiras	345.028,98 D	1.108.082,85 D	Receita de Serviços	12.080.070,57 C	12.319.819,04 C
Disponível	530.344,49 D	2.935.808,51 D	Industrialização	222.811,35 C	176.088,72 C
Clientes	5.243.895,89 D	4.640.531,22 D	Exportação	136.420,89 C	58.606,26 C
Adiantamentos Diversos	4.565.541,85 D	2.866.004,08 D	Receita Bruta	42.990.863,25 C	43.091.826,70 C
Outras Contas A Receber	215.533,67 D	517.726,71 D	Deduções Das Receitas		
Valores a Receber	10.024.971,41 D	8.024.262,01 D	Deduções e Abatimentos das Vendas		
Tributos Recuperáveis	37.940,72 D	38.629,01 D	Deduções e Abatimentos	10.365.523,20 D	11.024.471,01 D
Valores e Créditos Recuperáveis	37.940,72 D	38.629,01 D	Deduções e Abatimentos das Vendas	10.365.523,20 D	11.024.471,01 D
Produção do Estabelecimento	1.469.681,23 D	1.689.535,49 D	Outras Receitas		
Matérias Primas e Embalagens	3.200.827,16 D	3.038.509,45 D	Receitas Operacionais		
Estoque em Poder de Terceiros	539.893,27 D	284.368,17 D	Receitas Operacionais	105.011,70 C	24.964,27 C
Estoque de Terceiros	90.950,63 D	93.693,07 D	Valores Recuperados	392.170,85 C	365.440,24 C
Estoques	5.301.352,29 D	5.106.106,18 D	Outras Receitas Diversas	22.800,29 C	9.797,27 C
Despesas a Apropriar Exercício Seguinte	214,21 D	214,21 D	Venda Para Entrega Futura	747.151,10 C	316.287,53 C
Ativo Não Circulante			Receitas Operacionais	1.267.133,94 C	716.489,31 C
Depósitos e Cauções	98.766,90 D	74.493,15 D	Ganhos De Capital		
Empréstimo Compulsório	388,11 D	388,11 D	Lucros Na Alienação do Imobilizado	0,00	230.000,00 C
Valores Realizáveis A Longo Prazo	99.155,01 D	74.881,26 D	Ganhos de Capital	0,00	230.000,00 C
Bens	16.080.424,22 D	14.604.151,44 D	Total de Receitas	33.892.473,99 C	33.013.845,00 C
Depreciação Acumulada	13.900.983,28 C	13.463.328,92 C	(=) Receita Líquida	33.892.473,99 C	33.013.845,00 C
Imobilizado	2.179.440,94 D	1.140.822,52 D	Custos		
Bens Incorporáveis	1.851.777,12 D	1.851.777,12 D	Custos Técnicos		
(-) Amortizações Acumuladas	1.153.669,77 C	1.088.182,77 C	Custo dos Produtos Vendidos	12.152.314,99 D	10.800.840,82 D
Intangível	698.107,35 D	763.594,35 D	Gastos Gerais de Fabricação	11.720.838,49 D	10.427.490,10 D
Total do Ativo	18.871.526,42 D	18.084.318,05 D	Custos Técnicos	23.873.153,48 D	21.228.330,92 D
Passivo			Custos de Serviços Vendidos		
Passivo Circulante			Custos de Serviços	0,00	20.900,46 D
Obrigações a Curto Prazo			Custos de Serviços Vendidos	0,00	20.900,46 D
Fornecedores	4.145.208,12 D	6.125.715,33 C	Total de Custos	23.873.153,48 D	21.249.231,38 D
Empréstimos e Financiamentos	0,00	257.842,59 C	(=) Lucro Bruto	10.019.320,51 C	11.764.613,62 C
Obrigações Tributárias	1.025.739,84 C	737.508,02 C	Despesas		
Obrigações Trabalhistas	163.380,46 C	100.488,25 C	Despesas Operacionais		
Encargos S/ Folha	172.384,34 C	170.613,79 C	Despesas Operacionais		
Provisões	132.026,29 C	94.320,20 C	Despesas Comerciais/Administrativas	6.281.853,31 D	8.639.114,32 D
Contas A Pagar	3.203.047,46 C	3.035.648,50 C	Despesas Tributárias	287.149,40 D	231.091,81 D
Receita Diferida	0,00	68.850,00 D	Despesas Financeiras	730.769,67 D	259.968,57 D
Obrigações Sociais e Estatutárias	2.718.133,49 C	152.000,00 C	Despesas Não Dedutíveis	94.737,92 D	411,78 D
Estoque em Poder de Terceiros	218.052,00 C	166.820,00 C	Despesas Operacionais	7.394.510,30 D	9.130.586,48 D
Estoque de Terceiros	92.176,13 C	94.918,57 C	Provisões Para IRPJ e CSLL		
Obrigações a Curto Prazo	11.870.148,13 C	10.867.025,25 C	Imposto de Renda		
Passivo Não Circulante			Provisão Imposto De Renda	632.202,56 D	551.099,93 D
Empréstimos e Financiamentos	900.000,00 C	0,00	Provisão Contribuição Social	236.232,92 D	207.868,47 D
Financiamento / Parcelamento Tributário	74.325,71 C	93.481,46 C	Imposto de Renda	868.435,48 D	758.968,40 D
Valores Exigíveis A Longo Prazo	974.325,71 C	93.481,46 C	Total de Despesas	8.262.945,78 D	9.889.554,88 D
Patrimônio Líquido			(=) Lucro Operacional	1.756.374,73 C	1.875.058,74 C
Capital Social Integralizado	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C	Resultado Financeiro:		
Capital Social	3.000.000,00 C	3.000.000,00 C	Outras Receitas/Despesas:		
Reservas de Capital	1.052.011,18 C	1.052.011,18 C	(=) Lucro Antes Dos Impostos, Particip. e Contribuições	1.756.374,73 C	1.875.058,74 C
Reservas de Capital	1.052.011,18 C	1.052.011,18 C	Provisão de Impostos:		
Reservas de Lucros	1.975.041,40 C	1.796.054,13 C	Participações e Contribuições:		
Reservas de Lucros	1.975.041,40 C	1.796.054,13 C	(=) Total do Lucro do Período	1.756.374,73 C	1.875.058,74 C
Lucro/ Prejuízos Acumulados	0,00	547.624,52 D			
Lucro/ Prejuízos Acumulados	0,00	547.624,52 D			
Resultado do Exercício em Curso	0,00	1.823.370,55 C			
Resultado do Exercício em Curso	0,00	1.823.370,55 C			
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	18.871.526,42 D	18.084.318,05 D			

Diretoria: Rafael Rosset - Diretor - CPF: 063.621.048-03
Paulo Cesar Pereira Júnior - Contador - CPF: 268.109.168-59 - TC/CRC: 238285/O-5

Rosset Artes Graficas e Editora S.A.					
CNPJ: 57.593.832/0001-86					
Demonstrações dos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022					
Balanco Patrimonial - Consolidado			Demonstrações do Resultado do Exercício		
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Ativo			Receitas		
Ativo Circulante			Receita Operacional Bruta		
Bens Numerários	27.032,69 D	33.787,55 D	Receita Bruta		
Bancos C/ Movimento	10,69 D	151.527,96 D	Venda de Produtos	34.023.653,91 C	30.551.560,44 C
Aplicações Financeiras	937.192,12 D	345.028,98 D	Receita de Serviços	12.837.995,50 C	12.080.070,57 C
Disponível	964.238,50 D	530.344,49 D	Industrialização	24.732,40 C	222.811,35 C
Clientes	8.352.363,83 D	5.243.895,89 D	Exportação	160.034,82 C	136.420,89 C
Adiantamentos Diversos	2.701.055,79 D	4.565.541,85 D	Receita Bruta	47.046.416,63 C	42.990.863,25 C
Outras contas a Receber	174.513,24 D	215.533,67 D	Deduções Das Receitas		
Valores a Receber	11.227.932,86 D	10.024.971,41 D	Deduções e Abatimentos das Vendas	11.750.915,01 D	10.365.523,20 D
Tributos Recuperáveis	37.940,72 D	37.940,72 D	Deduções e Abatimentos	11.750.915,01 D	10.365.523,20 D
Valores e Créditos Recuperáveis	37.940,72 D	37.940,72 D	Deduções e Abatimentos das Vendas	11.750.915,01 D	10.365.523,20 D
Produção do Estabelecimento	1.085.237,96 D	1.469.681,23 D	Outras Receitas		
Matérias Primas e Embalagens	2.927.863,89 D	3.200.827,16 D	Receitas Operacionais		
Estoque em Poder de Terceiros	1.159.339,47 D	539.893,27 D	Receitas Operacionais	512.823,18 C	105.011,70 C
Estoque de Terceiro	88.273,08 D	90.950,63 D	Valores Recuperados	2.714.130,08 C	392.170,85 C
Estoques	5.260.714,40 D	5.301.352,29 D	Outras Receitas Diversas	52.039,03 C	22.800,29 C
Despesas a Apropriar Exercício Seguinte	214,21 D	214,21 D	Venda Para Entrega Futura	1.486.285,98 C	747.151,10 C
Despesa do Exercício Seguinte	214,21 D	214,21 D	Receitas Operacionais	4.765.278,27 C	1.267.133,94 C
Ativo Não Circulante			Ganhos De Capital		
Depósitos e Cauções	149.395,18 D	98.766,90 D	Lucros Na Alienação do Imobilizado	2.833,33 C	0,00
Empréstimo Compulsório	388,11 D	388,11 D	Ganhos de Capital	2.833,33 C	0,00
Valores Realizáveis a Longo Prazo	149.783,29 D	99.155,01 D	Total de Receitas	40.063.613,22 C	33.892.473,99 C
Bens	17.022.046,01 D	16.080.424,22 D	(=) Receita Líquida	40.063.613,22 C	33.892.473,99 C
Depreciação Acumulada	14.262.353,68 C	13.900.983,28 C	Custos		
Imobilizado	2.759.692,33 D	2.759.692,33 D	Custos Técnicos		
Bens Incorporáveis	1.851.777,12 D	1.851.777,12 D	Custos Técnicos		
(-) Amortizações Acumuladas	1.219.156,77 C	1.153.669,77 C	Custo dos Produtos Vendidos	12.552.402,21 D	12.152.314,99 D
Intangível	632.620,35 D	698.107,35 D	Gastos Gerais de Fabricação	12.993.571,71 D	11.720.838,49 D
Total do Ativo	21.033.136,66 D	18.871.526,42 D	Custo das Mercadorias Vendidas	204,68 C	0,00
Passivo			Custos de Serviços	25.545.769,24 D	23.873.153,48 D
Passivo Circulante			Custos de Serviços Vendidos		
Obrigações a Curto Prazo			Custos de Serviços	168.841,25 D	0,00
Fornecedores	2.361.706,57 C	4.145.208,12 C	Custos de Serviços Vendidos	168.841,25 D	0,00
Obrigações Tributárias	1.508.478,98 C	1.025.739,84 C	Total de Custos	25.714.610,49 D	23.873.153,48 D
Obrigações Trabalhistas	152.999,63 C	163.380,46 C	(=) Lucro Bruto	14.349.002,73 C	10.019.320,51 C
Encargos S/ Folha	199.765,29 C	172.384,34 C	Despesas		
Provisões	231.733,37 C	132.026,29 C	Despesas Operacionais		
Contas A Pagar	2.612.576,34 C	3.203.047,46 C	Despesas Operacionais		
Receita Diferida	560.718,22 C	0,00	Despesas Operacionais		
Obrigações Sociais e Estatutárias	1.722.589,29 C	2.718.133,49 C	Despesas Comerciais/Administrativas	8.946.796,73 D	6.281.853,31 D
Estoque em Poder de Terceiros	450.902,00 C	218.052,00 C	Despesas Tributárias	333.711,38 D	287.149,40 D
Estoque de Terceiros	89.498,58 C	92.176,13 C	Despesas Financeiras	1.143.489,79 D	730.769,67 D
Obrigações a Curto Prazo	10.090.968,27 C	11.870.148,13 C	Despesas Não Dedutíveis	7.047,23 D	94.737,92 D
Passivo Não Circulante			Despesas Operacionais	10.431.045,13 D	7.394.510,30 D
Empréstimos e Financiamentos	1.260.600,35 C	900.000,00 C	Provisões Para IRPJ e CSLL		
Financiamento/Parcelamento Tributário	184.119,23 C	74.325,71 C	Imposto de Renda		
Valores Exigíveis a Longo Prazo	1.444.719,58 C	974.325,71 C	Provisão Imposto de Renda	955.489,39 D	632.202,56 D
Patrimônio Líquido			Provisão Contribuição Social	352.616,18 D	236.232,92 D
Capital Social Integralizado	6.000.000,00 C	3.000.000,00 C	Imposto de Renda	1.308.105,57 D	868.435,48 D
Capital Social	6.000.000,00 C	3.000.000,00 C	Total de Despesas	11.739.150,70 D	8.262.945,78 D
Reservas de Capital	1.052.011,18 C	1.052.011,18 C	(=) Lucro Operacional	2.609.852,03 C	1.756.374,73 C
Reservas de Capital	1.052.011,18 C	1.052.011,18 C	Resultado Financeiro:		
Reservas de Lucros	2.445.437,63 C	1.975.041,40 C	Outras Receitas/Despesas:		
Reservas de Lucros	2.445.437,63 C	1.975.041,40 C	(=) Lucro Antes dos Impostos, Particip. e Contribuições	2.609.852,03 C	1.756.374,73 C
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	21.033.136,66 D	18.871.526,42 D	Provisão de Impostos:		
Patrimônio Líquido	21.033.136,66 D	18.871.526,42 D	Participações e Contribuições:		
			(=) Total do Lucro do Período:	2.609.852,03 C	1.756.374,73 C

Diretoria: Rafael Rosset - Diretor - CPF: 063.621.048-03
Paulo Cesar Pereira Júnior - Contador - CPF: 268.109.168-59 - TC/CRC: 238285/O-5

SC Edu Participações S.A.

CNPJ/MF nº 40.114.495/0001-02
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
A SC Edu Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 40.114.495/0001-02, através de sua Diretoria, devidamente representada por seu Diretor Presidente, convoca através do presente edital, todos os acionistas, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no endereço Av. Nove de Julho, 5617, 9º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 01407-200, às 10:00 horas, do dia 27 de março de 2024, com a seguinte Ordem do Dia: indicação e Eleição dos Membros da Diretoria, conforme Acordo de Investimento assinado entre os acionistas. São Paulo, 18 de março de 2024. **SC Edu Participações S.A.** - Diretor Presidente.
(19, 20 e 21/03/2024)

Lazam-Mds Corretora e Administradora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 48.114.367/0001-62 - NIRE: 35.300.335.228
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de Fevereiro de 2024
Data, Local e Hora: Ao oitavo dia do mês de janeiro de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, escritório nº 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070. **Presença:** Verificou-se a presença dos Acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, tornando-se dispensável a convocação de editais conforme, autoriza o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: José Manuel Queiroz Dias da Fonseca Secretário: José Diogo Carneiros de Araújo e Silva. **Ordem do Dia:** Deliberar pela: (i) ratificação dos atos praticados pela Companhia, entre a Assembleia Geral Extraordinária realizada, em

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

CNPJ/MF nº 48.344.725/0007-19

Relatório da Administração

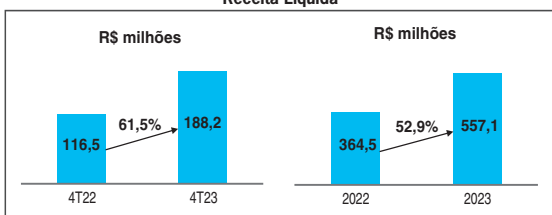
Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica ("Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensagem da Administração: A receita líquida da Althaia apresentou um expressivo aumento de 61,5% no 4T23, quando comparado ao 4T22, totalizando o montante de R\$ 188,2 milhões. No ano de 2023, o crescimento da receita líquida foi de 52,9% comparado a 2022, atingindo o montante de R\$ 557,1 milhões. Na linha de medicamentos, o resultado foi motivado pelo aumento no volume de vendas dos principais medicamentos da linha, consolidando a liderança nas moléculas, e ao lançamento bem-sucedido de novos medicamentos. Na linha Equaliv, também houve um expressivo crescimento impulsionado pelo aumento de vendas de produtos da família Body Protein e pelo lançamento de novos suplementos. Seguimos com nossa atuação nos canais digitais através do portal B2C www.lojaequaliv.com.br, vendendo nossos suplementos diretamente para o consumidor final, aliado a um forte investimento em marketing em produtos-chave da Companhia. Além de facilitar o acesso aos nossos produtos, passamos a ter uma maior fonte de informação sobre nossos clientes, sendo um importante canal para o crescimento da Althaia. A Althaia possui um modelo de negócios único na indústria brasileira, o que a diferencia das demais empresas do mercado. Seu histórico de crescimento tem sido excepcional, superando amplamente a média do setor, conquistado de forma orgânica. O compromisso com Pesquisa e Desenvolvimento é evidente, com investimentos robustos nessa área. Isso possibilita a criação de produtos inovadores e de alta qualidade, tornando a empresa líder em seu segmento. A atuação comercial da Althaia é forte e eficaz, permitindo que ela alcance uma ampla base de clientes e parceiros. Sua gestão é de alto nível e alinhada com os propósitos da empresa, que tem como base um modelo de partnership, valorizando a colaboração e o trabalho conjunto. Além disso, a Althaia se destaca por adotar as melhores práticas em Governança Corporativa, o que proporciona maior transparência, equidade e responsabilidade na gestão dos negócios. A Companhia manteve a composição do Conselho de Administração com 5 membros, sendo 3 deles independentes e consistente track-record no mercado. Com essa estrutura sólida e estratégica, a Althaia está preparada para aproveitar as melhores oportunidades de mercado, focando no crescimento sustentável e na busca pela rentabilidade. Sua abordagem diferenciada e compromisso com a excelência a posicionam como uma empresa preparada para enfrentar os desafios do futuro com confiança e sucesso.

Desempenho Econômico-Financeiro

R\$ milhões	4T23	4T22	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)
Receita líquida	188,2	116,5	61,5%	557,1	364,5	52,9%
Lucro bruto	112,6	57,5	95,9%	316,2	179,1	76,5%
Margem bruta (%)	59,8%	49,3%	10,5 p.p.	56,8%	49,1%	7,6 p.p.
Despesas operacionais	(43,6)	(35,3)	-23,3%	(151,0)	(122,1)	-23,7%
EBITDA	75,6	26,1	189,4%	182,7	68,1	168,1%
Margem EBITDA (%)	40,2%	22,4%	17,7 p.p.	32,8%	18,7%	14,1 p.p.
Lucro líquido	46,8	16,5	183,4%	112,7	33,1	240,4%
Margem líquida (%)	24,9%	14,2%	10,7 p.p.	20,2%	9,1%	11,1 p.p.

Receita Líquida



A receita líquida atingiu R\$ 188,2 milhões no 4T23, aumento de 61,5% em relação ao 4T22. Na linha de medicamentos, crescimento foi impulsionado principalmente pelo lançamento de novos produtos aumento nas vendas dos principais produtos da linha de medicamentos. Na linha Equaliv, houve crescimento expressivo na família de produtos Body Protein.

Lucro Bruto

R\$ milhões	4T23	4T22	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)
Lucro bruto	112,6	57,5	95,9%	316,2	179,1	76,5%
Margem bruta (%)	59,8%	49,3%	10,5 p.p.	56,8%	49,1%	7,6 p.p.
CPV	(75,6)	(58,1)	-30,1%	(240,9)	(184,4)	-30,6%
CPV/Receita líquida (%)	-40,2%	-49,9%	9,7 p.p.	-43,2%	-50,6%	7,4 p.p.

O lucro bruto atingiu R\$ 112,6 milhões no 4T23, com margem bruta de 59,8%, ante 49,3% registrado no 4T22. A participação dos custos em relação à receita líquida foi de 40,2% no 4T23, o que representa uma redução de -9,7 pontos percentuais em comparação com o 4T22. Essa melhoria na eficiência dos custos é resultado da estratégia de maior diversifica-

ção de portfólio e ganho de participação no mercado, adotado pela Companhia em 2022, estratégia que vem se mostrando bem-sucedida e que vem diminuindo significativamente a concentração de receita e margem em determinados produtos.

Despesas Operacionais

R\$ milhões	4T23	4T22	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)
Despesas operacionais	(43,6)	(35,3)	-23,3%	(151,0)	(122,1)	-23,7%
Vendas	(14,1)	(10,7)	-31,6%	(51,4)	(39,0)	-32,0%
Gerais e administrativas	(21,4)	(16,2)	-32,2%	(73,8)	(60,9)	-21,2%
Pesquisa e Desenvolvimento	(15,1)	(9,0)	-68,7%	(34,6)	(24,2)	-42,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	7,0	0,5	1309,3%	8,8	1,9	355,9%

Despesas operacionais/Receita líquida (%) -23,2% -30,3% 7,2 p.p. -27,1% -33,5% 6,4 p.p. No 4T23, as despesas com vendas totalizaram R\$ 14,1 milhões, aumento de 31,6% em relação ao 4T22. O aumento foi decorrente de novas contratações de colaboradores e maior investimento estratégico da Companhia em ações com clientes, com o objetivo de impulsionar a demanda dos produtos no varejo. No 4T23, as despesas gerais e administrativas somaram R\$ 21,4 milhões, um aumento de 32,2% em relação ao 4T22. Este crescimento no G&A deve-se principalmente pelo aumento dos gastos com pessoal, necessário para suportar o crescimento que a Companhia vem apresentando, e ao maior investimento em marketing. Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), considerando o valor capitalizado no ativo intangível e as despesas registradas no ano de 2023, alcançaram o montante R\$ 65,3 milhões em 2023. Esse valor representa um crescimento de 16,2% em relação a 2022, evidenciando o compromisso da Companhia em manter investimentos robustos para constante inovação de seu portfólio de produtos.

EBITDA

R\$ milhões	4T23	4T22	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)
Lucro antes IR, CS e resultado financeiro	69,0	23,1	199,3%	165,3	57,6	186,9%
(+) Depreciação e amortização	(6,6)	(3,1)	-115,0%	(17,4)	(10,5)	-65,4%
EBITDA	75,6	26,1	189,4%	182,7	68,1	168,1%
Margem EBITDA (%)	40,2%	22,4%	17,7 p.p.	32,8%	18,7%	14,1 p.p.

O EBITDA foi de R\$ 75,6 milhões no 4T23, crescimento de 189,4% em relação ao 4T22. A margem sobre a receita líquida foi de 40,2%, aumento de 17,7 pontos percentuais comparado ao 4T22. Esse crescimento foi resultado, principalmente, da melhora na margem bruta, que aumentou em 10,5 pontos percentuais.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	4T23	4T22	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)
Resultado financeiro	(8,3)	(7,2)	-15,0%	(31,6)	(27,5)	-15,0%
Receitas financeiras	1,0	0,9	10,9%	4,0	5,6	-27,6%
Despesas financeiras	(9,4)	(8,2)	-14,5%	(35,7)	(33,1)	-7,8%

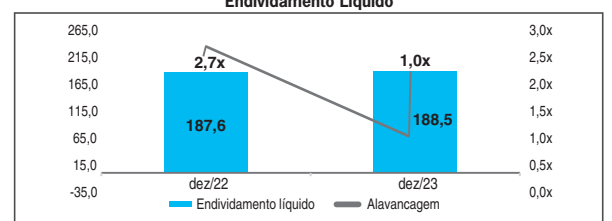
No 4T23, o resultado financeiro foi de R\$ -8,3 milhões ante R\$ -7,2 milhões no 4T22. O aumento deve-se, principalmente, a descontos financeiros negociados com clientes.

Lucro líquido

R\$ milhões	4T23	4T22	Δ (%)	2023	2022	Δ (%)
Lucro antes IR, CS e resultado financeiro	69,0	23,1	198,5%	165,2	58,0	184,6%
Resultado financeiro	(8,3)	(7,2)	-15,0%	(31,6)	(27,5)	-15,0%
IRCS	(13,9)	0,6	-2260,0%	(20,9)	2,6	-917,5%
Lucro (Prejuízo) líquido	46,8	16,5	183,4%	112,7	33,1	240,4%
Margem líquida (%)	24,9%	14,2%	10,7 p.p.	20,2%	9,1%	11,1 p.p.

No 4T23, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 46,8 milhões, crescimento de 183,4% em relação ao 4T22, com margem líquida de 24,9%.

Endividamento Líquido



O Endividamento Líquido é representado pelo endividamento bancário (empréstimos e

financiamentos) somado ao saldo das debêntures, reduzido de caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou Endividamento Líquido de R\$ 188,5 milhões, aumento de 0,5% em relação a 31 de dezembro de 2022. O Endividamento Líquido atingiu uma relação com o EBITDA 12 meses de 1,0x, representando uma redução de -1,7 ponto em comparação a 31 de dezembro de 2022.

Investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento: Desde o início de nossas operações, temos realizado diversos investimentos com o propósito de consolidar nossa posição como uma indústria relevante no setor de saúde. Dentro desse contexto, o investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos representa um dos pilares essenciais para o crescimento de nossa empresa. Temos como meta estabelecer um portfólio robusto de produtos farmacêuticos. Atualmente, já contamos com 54 (cinquenta e quatro) produtos registrados, incluindo genéricos e similares, dos quais 35 (trinta e cinco) já estão disponíveis no mercado. Além disso, temos outros 13 (treze) produtos aguardando a aprovação da ANVISA para comercialização. E ainda, estamos em processo de desenvolvimento de 48 (quarenta e oito) medicamentos e 16 (dezesseis) suplementos. No segmento de nutracêuticos (suplementos alimentares), nosso portfólio atual conta com 56 (cinquenta e seis) produtos, e continuamos trabalhando em diversos produtos em diferentes estágios de desenvolvimento, que têm previsão de lançamento nos próximos anos. Nosso compromisso com a qualidade e inovação nos impulsiona a buscar constantemente novas soluções para atender às necessidades de nossos clientes e do mercado de saúde como um todo.

Investimentos em Capex: Como parte de nosso planejamento estratégico, estamos investindo em uma nova planta industrial para atender à demanda projetada e suportar nosso crescimento projetado. Essa nova unidade será estabelecida em Poços de Caldas, Minas Gerais, um estado estrategicamente localizado que nos permitirá expandir nossa presença por todo o território nacional. Além de atender ao aumento das vendas, a futura planta também terá um impacto positivo na região, gerando novos empregos tanto diretos quanto indiretos. Essa iniciativa está em total consonância com o propósito da Companhia, que é de criar oportunidades e contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde estamos presentes. No ano de 2023, também estamos investindo em um novo centro de Pesquisa & Desenvolvimento na cidade de Atibaia, São Paulo. Esse centro de P&D ampliará nossa capacidade para desenvolver novos produtos, incorporando mais tecnologia e proporcionando um espaço físico mais adequado. Esses elementos são cruciais para garantir o crescimento nas vendas, alinhando-se integralmente com nossa estratégia global. O objetivo é impulsionar a inovação e desenvolver soluções cada vez mais avançadas para atender às necessidades de nossos clientes e do mercado em geral. Estamos comprometidos em permanecer na vanguarda do setor, oferecendo produtos de alta qualidade e impactando positivamente a vida das pessoas.

Recursos Humanos: A Althaia mantém um compromisso sólido com o desenvolvimento de seus colaboradores, reconhecendo-os como principal ativo da empresa. Acreditamos no impacto transformador do potencial humano para o futuro organização, e, por isso, desde sua fundação, há uma dedicação em atrair e reter talentos que desejam participar da construção de um grande sonho. Para impulsionar o crescimento dos líderes dentro da empresa, é oferecido um Programa de Desenvolvimento da Liderança, com treinamentos ministrados por consultorias especializadas e modernas em Gestão e Liderança. O objetivo é alinhar o propósito e os valores da companhia, buscando uma convergência entre empresa e colaboradores. A Althaia introduziu o programa Sugira, um canal direto que permite aos colaboradores apresentar ideias e melhorias em diversas áreas, como produtividade, qualidade dos produtos, processos, ambiente de trabalho e redução de custos. Essa iniciativa proporciona a todos a sensação de serem participantes ativos na busca por soluções e inovações dentro da organização. A filosofia de gestão de pessoas da Althaia é fundamentada na metodologia de gestão pela contribuição, destacando a valorização das pessoas como essencial para transformar os resultados. O enfoque visa construir juntos a melhor versão da Companhia, promovendo o engajamento e a satisfação dos colaboradores. No âmbito social, a Althaia atua de forma expressiva. O Programa de Voluntariado Estruturado, conduzido pelo projeto Geração de Valor, estimula a contribuição dos colaboradores para apoiar comunidades em vulnerabilidade, especialmente aquelas próximas às unidades da Companhia. O programa beneficia famílias por meio de doações regulares para instituições como orfanatos, hospitais, ONGs e projetos educacionais, além de realizar ações sociais pontuais para auxiliar instituições assistenciais, casas de repouso e asilos. Desde 2018, a Companhia destina uma porcentagem de seu resultado do exercício para atividades sociais como forma de agradecer e retribuir à sociedade, beneficiando diversas famílias em comunidades, especialmente no estado de São Paulo, na cidade de Pouso Alegre/MG e Poços de Caldas/MG. Outro aspecto relevante é o programa de Menor Aprendiz, financiado pelo projeto Geração de Valor, que recruta jovens em busca de oportunidades no mercado de trabalho, oferecendo cursos técnicos profissionalizantes. Em resumo, todas essas iniciativas convergem para criar um ambiente de trabalho eficiente e agradável, onde as pessoas se orgulham de fazer parte e têm um propósito claro em sua existência na organização. A Althaia demonstra uma preocupação autêntica com o bem-estar de seus colaboradores, com a comunidade e com o desenvolvimento social.

Auditores Independentes: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Althaia S.A. Indústria Farmacêutica informa que, no período de janeiro a dezembro de 2023, não foram contratados junto à KPMG Serviços não relacionados à auditoria externa, uma vez que são nossos auditores para o ano base de 2023.

Agradecimentos: Valorizamos imensamente o trabalho de nossos colaboradores, o apoio de nossos acionistas e a confiança depositada por nossos clientes e instituições financeiras do mercado. Reconhecer essas contribuições é fundamental para o sucesso e crescimento contínuo de nossa empresa.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.710	28.042
Contas a receber de clientes	9	159.666	123.649
Estoques	10	121.091	85.339
Impostos a recuperar	11	3.437	6.386
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	-	419
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	132
Outros créditos		4.427	2.849
Total do ativo circulante		302.331	246.816
Não circulante			
Impostos a recuperar	11	-	557
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	10.767	17.827
Depósitos Judiciais	23	200	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	92
Total do ativo realizável a longo prazo		10.967	18.476
Imobilizado	14	107.464	86.077
Direito de uso	17	11.572	4.568
Intangível	15	77.087	60.899
		196.123	151.544
Total do ativo não circulante		207.090	170.020
Total do ativo		509.421	416.836

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	16	50.085	50.370
Passivo de arrendamento	17	5.974	2.127
Empréstimos e financiamentos	18	17.750	33.931
Debêntures	19	3.908	4.408
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.084	1.125
Obrigações sociais e trabalhistas	20	8.795	7.743
Obrigações fiscais	21	9.779	4.497
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	155	-
Parcelamentos fiscais e previdenciários	22	1.345	1.345
Dividendos a pagar	24	14.300	9.887
Contas a pagar de aquisições de ativos		155	1.745
Outros passivos		5.384	6.006
Total do passivo circulante		118.770	123.184
Não circulante			
Passivo de arrendamento	17	6.555	3.318
Empréstimos e financiamentos	18	31.240	28.334
Debêntures	19	149.339	149.009
Parcelamentos fiscais e previdenciários	22	2.748	3.846
Contas a pagar de aquisições de ativos		-	145
Provisão para demandas judiciais	23	3.413	3.187
Outros passivos		72	38
Total do passivo não circulante		193.366	187.876
Patrimônio líquido	24		
Capital social		36.714	11.714
Reserva de capital		1.811	479
Reserva de lucros		158.760	93.583
Total do patrimônio líquido		197.285	105.776
Total do passivo e patrimônio líquido		509.421	416.836

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Nota	Capital social		Reserva de capital		Reserva Legal		Reserva de subvenção governamental		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
Saldo em 31 dezembro de 2021												
Lucro líquido do exercício												
Destinações:												
Constituição de reserva de subvenção de investimento	25.b	-	-	-	-	-	31.539	-	-	(31.539)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25.c	-	-	-	-	-	-	-	-	(235)	(235)	-
Saldo em 31 de dezembro 2022												
Lucro líquido do exercício												
Transações com pagamento baseado em ações												
Destinações:												
Aumento de capital com lucros acumulados												
Constituição de reserva de subvenção de investimento												
Reserva legal												
Dividendos mínimos obrigatórios												
Dividendos adicionais												
Saldo em 31 de dezembro 2023												

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Nota	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita				
Custo das vendas e dos serviços prestados	25	557.088	364.453	240.882
Lucro bruto				
Despesas com vendas	26.a	316.206	180.128	(51.420)
Despesas gerais e administrativas	26.b			

... continuação

Althaia S.A. Indústria Farmacêutica

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional – A Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (“Companhia”, “Althaia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede na cidade de Atibaia-SP, Avenida Têgula, nº 888, Edifício Topázio, módulo 15, no Condomínio Centro Empresarial Atibaia. Suas atividades são o desenvolvimento, produção e comercialização de medicamentos genéricos. A Companhia tem como atividades preponderantes o processamento, a industrialização, o revestimento, a comercialização, a promoção e distribuição, inclusive a importação e a exportação de produtos farmacêuticos em geral, eletéticos, educorantes, cosméticos, de higiene, saneantes, domissanitários, produtos veterinários, odontológicos, de proteção à saúde e correlatos. A Companhia ainda presta serviços para terceiros referentes a fabricação, comercialização e assessoramento técnico ou científico e transporte no que diz respeito às atividades mencionadas anteriormente, além de medicamentos fitoterápicos para uso humano e produtos alimentícios em geral. O portfólio da Althaia é composto por medicamentos genéricos, similares e nutracêuticos (suplementos alimentares e vitaminas voltados à prevenção de doenças), sendo eles produzidos em duas unidades fabris, situadas no estado de São Paulo (municípios de São Paulo e Atibaia) e um centro de distribuição nacional no estado de Minas Gerais (município de Pouso Alegre). A Companhia conta com uma estrutura própria de vendas com abrangência nacional, servindo a distribuidores, instituições de saúde e varejistas.

2. Declaração de conformidade e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que abrange a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão destas demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria em 20 de março de 2024. A Administração da Companhia afirma que está divulgando todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, e correspondem aquelas usadas na gestão do negócio. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos – Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 18 – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 – mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota explicativa nº 10 – reconhecimento e mensuração do ajuste ao valor realizável de estoques: premissas sobre o giro dos produtos e obsolescência. • Nota explicativa nº 14 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disposição de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Nota explicativa nº 16 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. • Nota explicativa nº 24 – reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota explicativa nº 26 – reconhecimento de receita – estimativa da expectativa de devoluções de vendas. **Mensuração ao valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas – Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas Notas 18 e 19, a Companhia tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. **Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, quando aplicável, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16). • Ausência de reversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6. Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado.

7. Principais políticas contábeis materiais – As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis materiais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. **b. Informação por segmento:** A principal receita da Companhia vem da atividade de industrialização e venda de produtos farmacêuticos. O principal gestor das operações analisa informações financeiras e não-financeiras por produtos para deliberar sobre alocação de recursos e avaliar seu desempenho. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance dos produtos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar conjunto de componentes como segmentos operacionais da Companhia. **c. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **d. Contas a receber de clientes:** Respondem a montantes a receber pela venda de mercadorias, industrialização, e prestação de serviço no decurso normal das atividades da Companhia. Estão apresentadas pelo valor de realização e deduzidos pelas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perdas é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. **e. Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias. **f. Receitas e despesas financeiras:** As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **g. Subvenção governamental:** É uma assistência governamental na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedida à entidade em troca do cumprimento futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. No caso da Companhia, a subvenção se realiza por meio da redução da carga tributária efetiva de ICMS por meio de crédito presumido nas operações de vendas internas e interestaduais de produtos, restando, ainda, uma parcela mínima do imposto a pagar de 1,5% a 3%. As principais condições operacionais para a

utilização do benefício são: • Não tomada de crédito de ICMS nas operações de entrada; • Assuma a condição de substituto nas operações de entrada de mercadorias com substituição tributária de ICMS; e • Destaque de ICMS a 12% quando a legislação estabelecer percentual superior, nas operações internas. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até à data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **i. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. O ajuste ao valor realizável de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, é analisado periodicamente e contabilizado quando aplicável. **j. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	3-40 anos
Móveis e utensílios	3-10 anos
Veículos	5-8 anos
Equipamentos de informática	3-10 anos
Ferramentas	5 anos
Moldes	10-21 anos
Aeronaves*	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. *A aeronave foi alienada em novembro de 2023. **k. Intangível: Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros foram prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, a partir da entrada na linha de produção, e qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido das amortizações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas por redução aos valores recuperáveis. **(i) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo despesas de renovação de registro, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(ii) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Software	5 anos
Custos com desenvolvimento capitalizados	3 anos

l. Arrendamento mercantil: Com a vigência da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos aluguéis que não foram pagos na data da transição, descontados usando a taxa incremental composta por taxas de juros de fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Prazo	Taxa incremental	Taxa real
1 ano	10,96%	7,46%
2 anos	11,13%	7,63%
3 anos	12,05%	8,55%
4 anos	12,17%	8,67%
5 anos	12,74%	9,24%
6 anos	12,82%	9,32%
7 anos	13,35%	9,85%
8 anos	13,41%	9,91%
9 anos	13,91%	10,41%
10 anos	13,96%	9,44%

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia está razoavelmente certa que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custos para desmontagem e remoção de incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia mensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. **m. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia calcula a provisão para perdas com base em um valor correspondente à perda esperada de crédito ao longo da vida útil. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Os critérios para a provisão de perda estimada do contas a receber foram definidos a partir de políticas de crédito da Companhia, onde são estabelecidos ratings para os clientes. A partir do rating de cada grupo de clientes foram definidos percentuais de risco que são aplicados sobre a carteira de clientes. As métricas de provisão estão embasadas em médias de títulos em atraso dos últimos 3 anos. Os percentuais de risco de cada rating estão demonstrados abaixo: • Rating AA – 0,0% sobre a carteira de clientes; • Rating A – 0,9% sobre a carteira de clientes; • Rating B – 10,6% sobre a carteira de clientes; • Rating C – 14,6% sobre a carteira de clientes; • Rating D – 50,0% sobre a carteira de clientes; • Rating E – 100,0% sobre a carteira de clientes. O período máximo considerado na estimativa de

perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do cliente; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso superior a 90 dias; • Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor estará em falência ou passará por outro tipo de reorganização; e • O desaparecimento de mercado ativo para o título por conta de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Para efetuar a baixa, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC). O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **n. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **o. Provisões: Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para demandas judiciais:** A Companhia é parte passiva em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **p. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo pelos outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (o e ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, como relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação		Althaia S.A. Indústria Farmacêutica									
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.										
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.										
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.										
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.										
Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações de desconto de duplicatas simples em que entrega títulos a receber para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor em conta corrente com desconto dos juros por antecipação. A propriedade dos títulos é transferida para as instituições financeiras e a Companhia é responsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos e um passivo financeiro é registrado. Adicionalmente, o ativo financeiro é classificado como atividade operacional e o passivo financeiro como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa da companhia. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. q. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. r. Demonstrações do valor adicionado: A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. s. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.											
8. Caixa e equivalentes de caixa		2023	2022								
Caixa		30	28								
Conta corrente		1.075	1.638								
Aplicações financeiras		12.605	26.376								
		13.710	28.042								
Caixa e equivalentes de caixa são compostas por numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez, resgatáveis a qualquer momento. As aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações eram remuneradas entre 20% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (20% e 100% em 31 de dezembro de 2022).											
9. Contas a receber de clientes		2023	2022								
Contas a receber de clientes		162.497	126.671								
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(2.831)	(3.022)								
Total do contas a receber		159.666	123.649								
A análise de vencimento do contas a receber de clientes é como segue:											
		2023	2022								
A vencer		159.864	116.826								
Vencidos:											
até 30 dias		719	5.029								
entre 31 e 60 dias		184	515								
entre 61 e 90 dias		235	2.051								
entre 91 e 180 dias		221	643								
entre 181 e 360 dias		492	348								
acima de 360 dias		782	1.259								
Saldo final do exercício		162.497	126.671								
a. Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas		2023	2022								
Saldo inicial		(3.022)	(5.651)								
Adições		(2.831)	(3.721)								
Baixas		2.810	28								
Reversões		211	6.322								
Saldo final		(2.831)	(3.022)								
10. Estoques		2023	2022								
Produto acabado		34.722	25.650								
Produto semiacabado		26.334	15.369								
Matéria-prima		47.941	32.174								
Embalagens		8.771	6.520								
Material de consumo		432	402								
Importação em andamento		2.891	5.224								
Total dos estoques		121.091	85.339								
Em 31 de dezembro 2023, os valores dos custos de estoque de produtos acabados, semiacabados, matérias-primas e embalagens reconhecidos e incluídos no "Custo das mercadorias e produtos vendidos" totalizaram R\$ 240.882 (R\$ 184.325 em 31 de dezembro de 2022) conforme Nota 26. Adicionalmente, os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$ 725 (R\$ 3.625 em 31 de dezembro de 2022). Entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as movimentações da provisão para perda de estoque foram como segue:											
		2023	2022								
Saldo inicial		(3.625)	(1.284)								
Adição		(17.535)	(22.741)								
Baixas		5.841	4.930								
Reversão		14.594	15.470								
Saldo final		(725)	(3.625)								
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía estoques dados em garantia de dívidas.											
11. Impostos a recuperar		2023	2022								
PIS/COFINS a recuperar (i)		1.240	5.410								
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")		1.165	–								
Imposto sobre produtos industrializados ("IPI")		87	60								
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte		944	916								
Impostos a recuperar		3.436	6.386								
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		–	419								
Total circulante		3.436	6.805								
PIS/COFINS a recuperar		–	557								
Total não circulante		–	557								
Total		3.436	7.362								
(i) Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que: (a) de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e (b) de que os efeitos dessa exclusão devem se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até (inclusive) essa data. A Companhia teve sentença favorável, transitada em julgado, sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O processo de habilitação do crédito referente à Althaia foi deferido em dezembro de 2022 no montante de R\$ 4.284, e o processo referente à Equival foi deferido em junho de 2023 no montante de R\$ 969, sendo reclassificados para o ativo circulante e utilizados posteriormente.											
12. Remuneração do pessoal-chave da Administração – Remuneração dos dirigentes: A remuneração dos dirigentes é composta de: remuneração fixa mensal, incluindo salários, pró-labore, pagamentos à pessoa jurídica e benefícios compostos de plano de saúde e seguro de vida. Remuneração do Conselho de Administração: A remuneração de membros do Conselho de Administração acontece em razão da realização de reuniões periódicas, composta de valor fixo, por reunião com natureza salarial, não incluindo nenhuma espécie de benefício. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, inclui as remunerações fixas e benefícios dos dirigentes e remuneração por reunião dos membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2023, o valor pago pela Companhia foi de R\$ 2.878 (R\$ 3.216 em 31 de dezembro de 2022) relativos à remuneração dos Administradores. A remuneração total dos administradores está assim demonstrada:											
		2023	2022								
Diretores		2.813	3.126								
Conselho de Administração		65	90								
		2.878	3.216								
13. Imposto de renda e contribuição social – A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social devida no resultado é demonstrada como segue:											
		2023	2022								
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		133.587	30.458								
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social		34%	(34%)								
Despesa projetada de imposto de renda e contribuição social		(45.420)	(10.356)								
Adições/ exclusões permanentes		(3.766)	(3.744)								
Subvenções fiscais MG		14.726	10.723								
Lei do bem		13.551	5.935								
		(20.909)	2.558								
		(10,2%)	8,4%								
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL (%)											
14. Imobilizado		01/01/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023	
Custo											
Terenos, edifícios e benfeitorias		9.190	135	–	5.037	14.363	8.208	–	16.214	38.785	
Máquinas e equipamentos e outros bens		57.001	5.878	(230)	703	63.351	10.036	(360)	4.110	77.137	
Móveis e utensílios		2.744	75	(1)	12	2.830	474	(2)	–	3.302	
Veículos		2.867	–	(303)	–	2.564	3.189	(928)	–	4.825	
Equipamentos de informática		3.477	791	(75)	30	4.223	816	(3)	–	5.036	
Aeronaves		8.849	–	–	–	8.849	–	(8.849)	–	–	
Bens em construção		22.946	3.919	–	(5.782)	21.083	15.587	(79)	(20.324)	16.267	
		107.074	10.798	(609)	–	117.263	38.310	(10.221)	–	145.352	
Depreciação											
Terenos, edifícios e benfeitorias		(1.326)	(427)	–	–	(1.753)	(905)	–	–	(2.658)	
Máquinas e Equipamentos e outros bens		(17.174)	(5.450)	166	–	(22.458)	(6.531)	76	–	(28.913)	
Móveis e utensílios		(1.353)	(220)	–	–	(1.573)	(243)	2	–	(1.814)	
Veículos		(847)	(472)	20	–	(1.299)	(736)	460	–	(1.575)	
Equipamentos de informática		(1.762)	(572)	75	–	(2.259)	(669)	–	–	(2.928)	
Aeronaves		(959)	(885)	–	–	(1.844)	(737)	2.581	–	–	
		(23.421)	(8.026)	261	–	(31.186)	(9.821)	3.119	–	(37.888)	
		83.653	2.772	(348)	–	86.077	28.489	(7.102)	–	107.464	
Saldo líquido											
Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"): O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar gatilhos de impairment. Adicionalmente, as taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, e a Administração não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/ vidas úteis. Conciliação das adições de imobilizado com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de investimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adquiriu ativos imobilizados no valor de R\$ 39.310 (R\$ 10.798 em 2022), com desembolso de caixa na sua totalidade.											
15. Intangível		01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	
Custo ou Avaliação											
Software		2.851	–	–	–	2.851	42	–	–	2.893	
Desenvolvimento		28.462	33.798	(5.279)	(3.865)	53.117	31.213	(12.394)	(5.009)	66.927	
Dir. prop. industrial		–	3.630	–	–	3.630	–	–	–	3.630	
Produtos lançados		–	–	–	3.865	3.864	447	–	5.009	9.320	
Outros		43	–	–	–	43	–	–	–	43	
		31.356	37.428	(5.279)	–	63.505	31.702	(12.394)	–	82.813	
Amortização											
Dir. prop. industrial		–	(424)	–	–	(424)	(726)	–	–	(1.150)	
Produtos lançados		–	(664)	–	–	(664)	(1.960)	–	–	(2.624)	
Software		(1.059)	(459)	–	–	(1.518)	(434)	–	–	(1.952)	
		(1.059)	(1.547)	–	–	(2.606)	(3.120)	–	–	(5.726)	
Saldo líquido		30.297	35.881	(5.279)	–	60.899	28.582	(12.394)	–	77.087	
a. Recuperação de custos com desenvolvimento: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável, que não é, somente é revertida na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O valor contábil dos custos com desenvolvimento em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 66.927 (R\$ 53.117 em 31 de dezembro de 2022). O valor recuperável é analisado pela Companhia por molécula, e cada molécula possui estudo de viabilidade técnica e comercial, projeções de fluxo de caixa futuro, preparadas com base em estimativas de volume de vendas, preços e custos de produção baseado em análises financeiras e tendências do mercado no segmento em que a Companhia atua. As principais premissas são: • O volume de vendas é baseado no nível de competitividade do mercado; • O preço é determinado por meio de pesquisa de mercado; e • O custo de produção é baseado na estrutura de produtos semelhantes.											
16. Fornecedores e outras contas a pagar		2023	2022								

Althia S.A. Indústria Farmacêutica										
... continuação										
31 de dezembro de 2022										
Vencimento em	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	4 ou mais	Total					
FINAME	461	342	-	-	803					
FINIMP - EURO	14.088	-	-	-	14.088					
FINEP	53	1.113	2.227	14.660	18.053					
	34.033	11.345	2.227	14.660	62.265					
A Companhia detém empréstimos bancários em moeda estrangeira no montante de JPY 171.251 e USD 1.480 que, de acordo com os termos do contrato, serão pagos até maio de 2024 e novembro de 2024, respectivamente. Contudo, os contratos possuem cláusula contratual restritiva (covenants) que estabelece que, ao final de cada ano, a dívida líquida da Companhia não pode exceder 3 vezes o EBITDA anual da Companhia, medido com balanço auditado, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante.										
19. Debêntures.										
Modalidade										
Debêntures	2023	2022								
(-) Custo da transação	154.238	154.738								
	(991)	(1.321)								
	153.247	153.417								
Circulante	3.908	4.408								
Não circulante	149.339	149.009								
Os recursos líquidos captados pela Companhia, por meio da emissão, foram destinados para reforço de caixa.										
Características das debêntures										
Descrição										
Entidade Emissora	Althia S.A. Indústria Farmacêutica									
Instituição Financeira	XP Investimentos									
Valor total da emissão em série única	150.000									
Natureza	Privada									
Data da emissão	03/12/2021									
Data de captação	29/12/2021									
1º Vencimento	15/01/2026									
2º Vencimento	15/01/2027									
Espécie	Quirográfrica									
Garantia	Fiança do acionista controlador									
Identificação ativo na CETIP	ALTF11									
Taxa de juros efetiva a.a. %	2,30% + 100% CDI									
Valor total da dívida	154.238									
Movimentação das debêntures										
Saldo em 31 de dezembro de 2022										
Pagamento de juros										
Juros provisionados										
Saldo em 31 de dezembro de 2023										
Escalonamento da dívida referente ao saldo de debêntures										
Ano										
2023	2022									
2024	4.238									
2025	-									
2026	75.000									
2027	75.000									
	154.238	154.738								
Cláusulas restritivas (covenants): De acordo com os termos da escritura, os juros serão										
A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:										
01/01/2022										
Trabalhista	894	546	(3)	1.437	5	(5)	37	1.474	(52)	1.422
Cível	403	-	35	438	-	-	64	502	(148)	354
Tributário	368	944	-	1.312	-	-	125	1.437	-	1.437
	1.665	1.490	32	3.187	5	(5)	226	3.413	(200)	3.213
A Companhia é parte passiva em ações judiciais decorrentes do curso das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas. Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis e remotos, levando em consideração as análises de seus advogados e escritórios de advocacia que patrocinam suas causas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, constituiu provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 3.413 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.187 em 31 de dezembro de 2022), consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso. Com base em parecer dos assessores jurídicos da Companhia, as ações com probabilidade possível de perda somam o montante de R\$ 13.945 em 31 de dezembro de 2023, que compreendem processos de natureza trabalhista, tributário e cível (R\$ 11.100 em 31 de dezembro de 2022). O principal processo em andamento refere-se a uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado da Paraíba de 2021, no valor de R\$ 10.000, cuja natureza seria o descumprimento de comunicação aos consumidores e órgãos de defesa e proteção do consumidor relacionados ao recolhimento dos medicamentos Candesartana e Hidroclorotiazida.										
24. Patrimônio líquido - a. Capital social:										
2023										
Ações										
Participação										
Total										
FirstBrand Assessoria e Consultoria em Marketing Ltda.	154.826.966	72,99%	26.796	155.730.918	73,41%	8.599				
Carolina Sommer Mazon	11.609.745	5,47%	2.009	11.609.745	5,47%	641				
Gerson Silva de Souza	-	0,00%	-	11.609.738	5,47%	641				
Jairo Aparecido Yamamoto	14.992.016	7,07%	2.595	9.187.147	4,33%	507				
Marcia Regina Hirota Yamamoto	14.991.070	7,07%	2.595	9.186.201	4,33%	507				
Maira Medeiros Vendramini	3.860.017	1,82%	668	3.860.017	1,82%	213				
Ricardo Vinicius Ferrari	3.860.017	1,82%	668	3.860.017	1,82%	213				
Marcos Henrique Chepuck	-	-	-	-	-	-				
Miazzo	3.088.015	1,46%	534	3.088.015	1,46%	171				
Rachel Giachini Sampaio Ferreira	1.161.076	0,55%	201	1.161.076	0,55%	154				
Demais acionistas	3.745.021	1,77%	648	2.841.069	1,34%	67				
Total	212.133.943	100,00%	36.714	212.133.943	100,00%	11.714				
Em 31 de dezembro de 2023 o capital social está apresentado pelo montante de R\$ 36.714 (R\$ 11.714 em 31 de dezembro de 2022) e integralizado, divididos em 212.133.943 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 20 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia, sem emissão de ações, mediante a capitalização de lucros acumulados no valor de R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais), passando de R\$ 11.714 para R\$ 36.714. Na data de 18 de maio de 2022, os acionistas Jairo Aparecido Yamamoto e Marcia Regina Hirota Yamamoto realizaram a aquisição da totalidade das ações do então acionista Gerson Silva de Souza através de instrumento particular de compra e venda. b. Reserva de incentivos fiscais: A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, com natureza de incentivo para investimento, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário junto a Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais, mediante assinatura de Regime Especial de Tributação. Tais benefícios permitem a redução financeira do montante a ser recolhido referente ao passivo tributário do ICMS. A diferença entre o recolhimento e o passivo tributário é reconhecida no resultado do exercício como incremento da receita operacional líquida, e posteriormente, transferido na sua totalidade para reserva de incentivos fiscais. Durante o exercício de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 43.311 (R\$ 31.539 em 2022) onde somente poderão ser utilizadas sem efetiva tributação em caso de aumento do capital social ou absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, devendo em relação a este último ponto ser recomposta a medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. c. Distribuição de dividendos: A movimentação dos dividendos a pagar está assim demonstrada:										
Em 1º de janeiro de 2023										
Dividendos pagos no exercício (i)	9.887									
Dividendos pagos antecipadamente no exercício	(9.887)									
Dividendos mínimos obrigatórios	(8.200)									
Dividendos adicionais	5.907									
Dividendos adicionais	16.593									
Em 31 de dezembro de 2023										
(i) Desembolso de caixa no valor de R\$ 9.887, referente ao pagamento de acionistas ano-base 2022 e no valor de R\$ 8.200, referente ao pagamento antecipado de acionistas ano-base 2023, na proporção de suas participações. 25. Receita - As receitas da Companhia são geradas principalmente pela fabricação e comercialização de produtos farmacêuticos em geral. Abaixo a Companhia apresenta a conciliação da receita operacional líquida com a receita bruta tributável.										
2023										
2022										
Receita bruta tributável	678.390	457.493								
Impostos sobre vendas	(118.946)	(84.147)								
Abatimentos e devoluções	(45.667)	(40.432)								
Subvenção governamental	43.311	31.539								
Total da receita	557.088	364.453								
a. Desagregação da receita de contratos com clientes: A tabela abaixo apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes pelas principais linhas de produtos e serviços.										
2023										
2022										
Venda de produtos	555.110	362.371								
Industrialização	221	1.366								
Serviços	1.757	716								
Total da receita operacional líquida	557.088	364.453								
• Venda de produtos: As receitas provenientes das vendas de produtos são divididas em três grupos diferentes, são eles: - Portfólio próprio: Trata-se de produtos de registro e comercialização da própria Companhia, também chamado de portfólio próprio, são a linha Althia onde se encontram os medicamentos que tecnicamente pertencem às categorias de genéricos, similares, notificação simplificada e específicos (classificação ANVISA), e os produtos da linha Equaliv, onde se encontram os suplementos alimentares, ou tecnicamente classificados como alimentos. - Full Service: Esse grupo é representado pelas parcerias que a Companhia possui com outros laboratórios, é quando a Althia produz um medicamento que é de registro de outro laboratório, entregando/vendendo para esse laboratório o produto										
pagos trimestralmente até janeiro de 2027 e o valor principal será pago em duas parcelas de R\$ 75.000, vencendo em 15 de janeiro de 2026 e 15 de janeiro de 2027, respectivamente. Devido a emissão de debêntures, há cláusula de covenants a ser atendida pela Companhia, e esta estabelece que, ao final de cada ano, a dívida líquida não pode exceder 3,5 vezes o EBITDA anual da Companhia, medido com balanço auditado, porém de 3,01 a 3,56 vezes o EBITDA, a sobre taxa base da escritura deverá ser atualizada para refletir o nível de alavancagem da Companhia, de forma que a remuneração aplicável para as debêntures será determinada conforme tabela abaixo. Contudo, para indicador acima de 3,5 vezes o EBITDA, o empréstimo se torna imediatamente vencido. A Administração da Companhia monitora essas cláusulas de forma sistemática e constante.										
Limite do Índice Financeiro Remuneração										
Entre 0,01 (inclusive) e 3,00 (exclusive)	2,30%									
Entre 3,01 (inclusive) e 3,25 (exclusive)	2,45%									
Entre 3,25 (inclusive) e 3,50 (exclusive)	2,60%									
20. Obrigações sociais e trabalhistas										
Provisão para férias, 13º salário e encargos sociais	2023	2022								
INSS a recolher	6.101	4.987								
IRRF a recolher	1.640	1.362								
FGTS a recolher	1.054	976								
Total das obrigações sociais e trabalhistas	8.795	7.743								
21. Obrigações fiscais										
ICMS a recolher	7.137	3.319								
COFINS a recolher	2.024	836								
PIS a recolher	409	176								
Outros	209	166								
Total das obrigações fiscais	9.779	4.497								
22. Parcelamentos fiscais e previdenciários										
Parcelamento de IRPJ e CSLL (i)	1.882	2.810								
Refis MP 783/17 (ii)	1.276	1.495								
Refis MP 899/19 (ii)	721	860								
Parcelamento Contribuição SENAI	269	-								
Parcelamento de ICMS	-	26								
Total dos parcelamentos fiscais e previdenciários	4.148	5.191								
Circulante										
Não circulante										
(i) Passivo tributário federal com a adesão ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), reparando os débitos de IRPJ e CSLL existentes no PRT com parcelas que se encerram em 2030. (ii) O Governo Federal através das Medidas Provisórias nº 783, de 31 de maio de 2017 e Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019, instituiu os programas especiais de regularização tributária (PERT). Esses programas, além de visar à redução dos processos em litígios tributários, objetiva proporcionar às Companhias condições especiais para a negociação de suas dívidas junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social.										
23. Provisão para demandas judiciais.										
Provisão para demandas judiciais										
Trabalhista	2023	2022								
Cível	1.474	1.437								
Tributária	502	438								
	1.437	1.312								
	3.413	3.187								
Depósitos judiciais	(200)	-								
Saldo líquido em 31/12/2023	3.213	3.187								
acabado final, pronto para sua comercialização. Via de regra, essa parceria acontece quando outro laboratório não possui capacidade produtiva ou técnica para produzir internamente e busca no mercado este tipo de serviço. Em 2023, os principais parceiros da Companhia foram Eurofarma, Aché e Brainfarma. - Marcas exclusivas: parcerias com atacadistas ou varejistas que desejam ter produtos com a sua própria "marca", toda a produção e registro do produto é de responsabilidade da Althia, o que é feito a uma customização de embalagem e nome comercial do produto conforme vontade do cliente parceiro para que ele de forma exclusiva seja o único cliente de aquele produto acabado e seja o único a oferecer no mercado, ao consumidor final, aquela marca e produto. - Industrialização: Trata-se de serviços de industrialização onde outros laboratórios contratam parte do processo de industrialização de seus produtos, por exemplo, a transformação de comprimidos de determinado fármaco, este tipo de serviço é prestado para outros laboratórios. - Serviços P&D: Os serviços prestados pela área de Pesquisa & Desenvolvimento tem finalidade de desenvolver um novo medicamento genérico. As etapas de cada projeto contemplam: definição de fabricante do insumo farmacêutico ativo; desenvolvimento e validação da metodologia analítica, perfil de dissolução, teor e uniformidade conforme RDC vigente; proporcionalidade de concentrações; preparação e definição do estudo de equivalência farmacêutica; realização de testes farmacotécnicos; fabricação de lotes semi-industriais nas instalações da Althia; estudo de validação de processo; acompanhamento e realização dos testes do estudo de estabilidade e fotostabilidade a fim de verificar se o medicamento é estável e qual o prazo de validade; definição do protocolo e acompanhamento do estudo de bioequivalência; elaboração de toda a documentação de todo o desenvolvimento e de todos os estudos realizados para submissão junto ao órgão sanitário do Brasil (ANVISA). Saldo de contrato: Os valores a receber decorrente de contrato com clientes estão reconhecidos na rubrica de "contas a receber de clientes" (vide nota explicativa nº 9). Obrigação de desempenho e Política de reconhecimento de receita: Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes, principais linhas de produtos/serviços e época do reconhecimento da receita. Também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Companhia.										
26. Custo e despesas por natureza - 26.1. Custo dos produtos vendidos:										
31/12/2023										
31/12/2022										
Custo dos produtos vendidos	(233.397)	(176.906)								
Ajuste de inventário	(1.926)	(278)								
Descarte	(7.456)	(5.804)								
Provisão para perda de estoque	1.897	(1.337)								
	(240.882)	(184.325)								
26.2. Despesas operacionais por natureza										
31/12/2023										
31/12/2022										
Despesas com vendas	26.498	22.177								
Despesas com pessoal	9.341	6.919								
Fretes sobre vendas	3.313	2.310								
Campanha de vendas	3.016	2.950								
Despesas de viagens	2.764	320								
Marketing	2.570	1.972								
Despesas com veículos	1.607	532								
Depreciação e amortização	1.041	900								
Equipamentos e serviços de TI	1.270	871								
Outros	51.420	38.951								
Despesas gerais e administrativas	4.585	2.308								
Consultoria e assessoria	3.285	2.824								
Depreciação e amortização	22.201	16.849								
Despesas com pessoal	1.739	1.922								
Despesas de viagens	3.514	2.669								
Equipamentos e serviços de TI	1.407	2.036								
Fretes outros	2.445	1.048								
Impostos e taxas	1.332	-								
Pagamento baseado em ações	874	219								
Treinamento e desenvolvimento	2.770	5.336								
Legais e judiciais	516	1.026								
Manutenção de equipamentos	16.439	13.053								
Marketing	4.049	2.512								
Materiais, energia e água	2.804	2.896								
Serviços profissionais contratados	611	776								
Internet e telefonia	484	376								
Aluguel de equipamentos	4.937	7.658								
Outros	73.990	63.508								
Despesas com pesquisa e desenvolvimento										
Despesas com pessoal	9.673	7.969								
Baixa de projetos (i)	11.914	5.279								
Despesas de laboratório	3.486	3.586								
Depreciação e amortização	3.885	1.813								
Incineração de materiais	1.424	3.091								
Despesas de viagens	505	183								
Equipamentos e serviços de TI	325	126								
Despesas com registro	529	474								
Consultoria e assessoria	312	173								
Materiais, energia e água	309	271								
Outros	2.204	1.219								
	34.566	24.184								
	159.977	126.643								
(i) Refere-se a projetos que estavam em fase de desenvolvimento, no entanto, através de análises de mercado, a Administração concluiu na inviabilidade de lançamento do produto.										
27. Resultado financeiro										
Juros recebidos	2023	2022								
Descontos recebidos	278	419								
Receita de aplicação financeira	301	30								
Receita de atualização monetária sobre crédito extemporâneo	2.050	2.507								
Varição cambial	281	575								
Receitas financeiras	4.043	5.581								
Encargos financeiros	(27.389)	(26.723)								
Despesas bancárias	(7.263)	(2.240)								
Perdas com instrumentos derivativos	(750)	(1.801)								
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(183)	(2.160)								
Despesas financeiras	(31.618)	(27.493)								
Despesas financeiras líquidas	(27.575)	(21.912)								
28. Instrumentos financeiros - A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo.										
Valor contábil										
Valor justo										
Hierarquia										
2023										
2022										
de valor justo										
Ativo										
Valor justo por meio do resultado										
Aplicações financeiras	12.265	26.372	12.265	26.376						
Instrumentos financeiros derivativos	-	24	-	24						
Custo amortizado										
Caixa e banco	1.105	1.666	1.105	1.666						
Contas a receber de clientes	159.666	123.649	159.666	123.649						
Outros créditos	4.427	2.849	4.427	2.849						
Passivo										
Custo amortizado										
Fornecedores e outras contas a pagar	50.085	50.370	50.085	50.370						
Passivo										

... continuação					Althaia S.A. Indústria Farmacêutica	
	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-3 anos	4-5 anos		
Debêntures (Nota 19)	205.907	-	113.166	92.741		
Instrumentos financeiros derivativos	1.084	1.084	-	-		
Contas a pagar de aquisição de ativos	155	155	-	-		
Outros Passivos	5.456	5.384	73	-		
	271.545	80.431	18.057	173.057		
d. Gestão de capital: A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela "dívida líquida", dividido pelo "patrimônio líquido". A "dívida líquida" é calculada como o total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial), menos caixa e equivalentes de caixa. O índice de alavancagem do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é apresentado a seguir.						
		2023	2022			
Total do passivo		312.137	311.060			
Menos: caixa e equivalentes de caixa		(13.710)	(28.042)			
Dívida líquida		298.427	283.018			
Total do patrimônio líquido		197.285	105.776			
Índice de alavancagem em 31 de dezembro		1,51	2,68			
e. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados						
à variação cambial. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas. A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais.						
		2023	2022			
Efeito dos derivativos no balanço patrimonial						
Ativo						
Circulante		-	132			
Não circulante		-	92			
						224
Passivo						
Circulante	1.084	1.125	-	-		
Não circulante	-	-	-	-		
	1.084	1.125				
Efeito dos derivativos no resultado						
(Ganho) Perda reconhecida no resultado		184	2.159			
		184	2.159			
Diretoria						
Jairo Aparecido Yamamoto – Diretor Presidente			Claudio Eiji Kuwabara – Gerente de Controladoria		Alexandre de Souza Dias – CRC SP 281.855/O-5	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras						
Aos Administradores e Acionistas da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica – Atibaia-SP						
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento da receita na venda de produtos: Veja a Nota 25 das demonstrações financeiras. Principais assuntos de auditoria: As receitas da Companhia derivam essencialmente da industrialização, da comercialização e distribuição de produtos farmacêuticos em geral, que geralmente são reconhecidas no momento em que ocorre a entrega dos produtos ao cliente. O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia requer controles da Administração para análise e monitoramento, a cada transação, do momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Além disso, para contratos que permitem ao cliente devolver os produtos, o reconhecimento de receita requer também o uso de dados históricos e julgamentos significativos para estimar a expectativa de devolução de produtos. Em função do referido anteriormente, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas serem registradas antes do cumprimento das obrigações de performance (antes da transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente), consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Análise, em base amostral, das transações de vendas ocorridas antes da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida no momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente. – Análise, em base amostral, das transações de devoluções ocorridas durante o exercício e período subsequente, de maneira						
a validar consistência e procedência dos dados históricos usados na determinação da expectativa de devolução de produtos, bem como recálculo da mesma. – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita na venda de produtos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,						
podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.						
Campinas, 20 de março de 2024. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 027.612/F Carlos Humberto Rodrigues da Silva Contador CRC 1SP 217.733/O-4						

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

